

NOVOS DEPOIMENTOS

Moreira e Fiúza serão convocados outra vez, para se explicarem.

Os deputados Manoel Moreira (PMDB-SP) e Ricardo Fiúza (PFL-PE), ministro da Ação Social no governo Collor, deverão ser novamente convocados para depor na CPI do Orçamento. Moreira, líder da bancada quercista no Congresso, poderá ter que voltar à Comissão porque o Banespa, no qual ele teria realizado operações suspeitas, não obedeceu à ordem de quebra do sigilo bancário e não forneceu à CPI os documentos solicitados. Moreira depôs durante 7 horas no sábado, mas o presidente da CPI, Jarbas Passarinho (PPR-PA), considera os dados do Banespa essenciais para elucidar a participação do deputado no esquema de corrupção.

Quanto a Fiúza, a reconvocação ocorrerá porque o Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen) terminou o levantamento das emendas ao orçamento e a CPI descobriu que o deputado pernambucano incluiu no orçamento de 1992 835 emendas no valor de US\$ 611 milhões, que ele mesmo liberou ao assumir o Ministério da Ação Social. "Já temos elementos mais do que suficientes para convocar outra vez o deputado Fiúza", disse o coordenador da Subcomissão de Assuntos Patrimoniais, José Paulo Bisol (PSB-RS).

O senador afirmou que a CPI já tem como comprovar que o Orçamento de 1992 foi alterado depois da sua votação pelo Congresso. Fiúza foi indicado para substituir o deputado João Alves (PPR-BA) e fechar o Orçamento para aquele ano. Depois de realizar esse trabalho, Fiúza foi nomeado ministro da Ação Social,

no lugar de Margarida Procópio. Bisol informou também que o acréscimo de despesas decorrentes das emendas feitas pela máfia do Orçamento em 1992 chegou a US\$ 20 bilhões. Deste total, US\$ 7 bilhões se referem só às emendas de Fiúza.

**Quem possuiu
uma mulher
como essa não
precisa de
inimigos**

(Deputado Manoel Moreira,
ao depor no sábado, sobre
Marinalva, sua ex-mulher).

Em relação a Moreira, Passarinho disse que ficou insatisfeito com a justificativa do deputado para a movimentação de US\$ 3,2 milhões em suas contas nos últimos cinco anos. Para Passarinho, "no mínimo, Moreira terá de dar esclarecimentos complementares

à Subcomissão de Bancos". No depoimento que prestou sábado à CPI, Moreira disse que fez "diversas operações" com o Banespa, em algumas ocasiões na condição de inadimplente. "Sou um contumaz tomador de empréstimo, onde tem dinheiro para emprestar eu corro atrás." Sobre Marinalva, sua ex-mulher, disse: "Quem possuiu uma mulher como essa não precisa de inimigos".

A CPI tem informações de que várias operações de Moreira com o Banespa foram ilegais e que, até hoje, o deputado tem pendências com a instituição. "Não tenho dúvida de que, na hora em que chegarem os dados do Banespa, ele terá de ser reconvoçado", concordou o deputado José Dirceu (PT-SP).

Na reunião de hoje à tarde, a CPI também discutirá a denúncia de que a omissão do Banespa ocorreu por influência do ex-governador Orestes Quêrcia. A Comissão poderá estudar medidas punitivas contra o Banespa, que resiste à quebra do sigilo.